

O CORPO OBESO: UM CORPO DEFICIENTE? CONSIDERAÇÕES A PARTIR DA MÍDIA

KEYTE DOS SANTOS MATOS

FABIO ZOBOLI

CRISTIANO MEZZAROBA

INTRODUÇÃO: O OBESO E A DEFICIÊNCIA

O estudo da obesidade em seus contextos culturais e sociais proporciona uma grande variação de questões inter-relacionadas sobre a construção social do corpo.
(Sander L. Gilman, 2004)

Este texto não tem a pretensão de classificar ou enquadrar a obesidade nos mesmos moldes da deficiência, porém, com base no corpo obeso queremos estabelecer um diálogo tenso com a construção social da diferença e dos estigmas mediados a partir dela. Com o foco no estigma gerado a partir do corpo obeso¹ traremos à baila algumas reflexões que se fundam sob o mesmo imaginário cultural que sustenta as tramas da (in)exclusão.

Nesse contexto, discutiremos o estigma sofrido pelo obeso dentro de uma cultura que cada vez mais valoriza os “sarados e malhados”, na qual a gordura virou vilã e o obeso, a vítima de discriminação por não se enquadrar nos padrões de beleza fabricados pelo contexto cultural. O corpo obeso é entendido como algo

1 Algumas das reflexões presentes neste texto são oriundas do trabalho monográfico de Matos (2011).

doente, impossibilitado, limitado e indesejado, ou seja, é percebido como deficiente no sentido de não ser eficiente o suficiente para ser enquadrado nos padrões de normalidade, bem como no que se refere à esfera do mundo produtivo. É a partir deste momento que podemos compreender a inserção do obeso no processo de (in)exclusão, tendo em vista uma sociedade que promove os belos e esbeltos e rebaixa os feios e gordos.

Todavia, como a imagem do obeso passou a ser sinônimo negativo na sociedade atual? A palavra *atual* é colocada na pergunta porque sabemos que “o padrão estético sempre foi, e ainda é, ditado por valores socioculturais de uma época!” (STENZEL, 2003, p. 13), ou seja, a obesidade nem sempre foi associada a fatores negativos. A gordura já esteve ligada a aspectos positivos. Era ela que determinava o alto poder aquisitivo das pessoas, sinônimo de fartura, enquanto que a magreza demonstrava subnutrição, escassez e pobreza.

Fischler (1995), em artigo intitulado *Obeso benigno, obeso maligno*, trata do olhar para o corpo obeso ao longo dos tempos, com dados de várias pesquisas que mostravam que as pessoas gordas eram, via de regra, percebidas como de convívio mais amável, mais abertas à comunicação e à empatia em comparação com as pessoas ditas magras. Entretanto, observa-se também uma grande rejeição à gordura e ao gordo, havendo até discriminação, sendo o “gordo”, muitas vezes, visto como “trapaceiro”, “preguiçoso”, “sujo”, “mau”, “feio”, “besta”, etc. Ao longo do texto, nossas reflexões se voltarão novamente a tal autor e essa ambivalência apontada por ele é relativa à construção da imagem social.

Então, voltemos à questão, como algo tão almejado passou a ser desprezado e ridicularizado com o passar do tempo? Como a magreza passa a ser sinônimo de beleza e poder depois de ter sido evitada ao longo dos séculos?

A inversão dos valores ligados ao padrão de corpo pode ter sido resultado da união de mudanças nos ideais que se tinham sobre

comportamento, saúde e religião: as regras de etiqueta trouxeram o controle e a restrição como virtudes; o cristianismo pregava o jejum e o sacrifício, enquanto que a gula se tornava pecado; houve avanços científicos na área da nutrição, e produtos *diets* começaram a ser comercializados em prol da saúde, visto que a medicina já considerava a obesidade como uma doença que trazia malefícios, principalmente ao sistema cardiovascular (STENZEL, 2003). Esses produtos *diets* eram comercializados com a finalidade de se ter uma vida mais saudável, mas logo começaram a ser utilizados para a perda de peso, e a indústria encontrou um campo promissor de vendas, já que a representação social de corpo que foi criada através dessas mudanças é de um corpo *light* e controlado, magro entre as mulheres e malhado entre os homens. O magro passa a ser sinônimo de bom, bem e belo – poderíamos dizer que quem “tem” um corpo magro tem um bom capital corporal² e dele tira-se o proveito necessário de acordo com seu “estilo de vida”.

A sociedade manipula e exerce poder sobre o corpo; sendo assim, a cultura atual transforma o próprio corpo em mercadoria a ser manipulada, visando a lucro. Entretanto, a cultura industrializada utiliza a necessidade que o homem tem de apreciar o “belo” ao seu favor (STENZEL, 2003). Os conceitos de beleza podem variar, mas ela “está sempre associada aos valores de uma sociedade, ao momento histórico e ao contexto em que está inserida” (STENZEL, 2003, p. 22-23). Então, se no contexto atual, a saúde e o controle têm grande valor no campo social, ser belo é seguir esses padrões, ou seja, dissemina-se a ideia de que ser saudável é praticar exercícios e controlar a alimentação, pois o corpo ideal é o corpo magro.

2 Faz-se menção aos escritos de Pierre Bourdieu (2011), na obra *A economia das trocas simbólicas*, em que este mesmo autor traz as reflexões e discussões sobre o capital econômico, social, cultural e simbólico.

Se a magreza passa a ser sinônimo de beleza, pode-se concluir que o oposto da magreza é feio, ou seja, a obesidade é encarada como descontrole e desleixo com relação à saúde (aqui entendida em seu sentido meramente biológico, portanto, restrito e limitado, desconsiderando-se seus determinantes sociais). A culpa de ser obeso recai sobre o indivíduo, pois é criada a ideia de que se existem tantos produtos e maneiras diferentes de emagrecer, se existe tanta informação a todo momento nos mais diversos veículos de comunicação, ser obeso é uma escolha e não uma condição imutável: “Nos Estados Unidos, um grupo de defesa dos gordos constituiu-se há alguns anos. Sua presidente declarou à imprensa que, em seu país, ‘é mais duro ser gordo do que ser negro’” (FISCHLER, 1995, p. 69-70). A presidente chegou a dar essa declaração porque sabia do forte racismo no país na época e fez a comparação para que as pessoas entendessem a imensidão do problema.

Configura-se, assim, o processo de *culpabilização da vítima*, bastante denunciado e discutido no campo da *Saúde Coletiva*, em que se responsabiliza as pessoas por suas boas ou más condições, ou seja, há uma indução de comportamentos preconceituosos e preconcebidos (FARINATTI; FERREIRA, 2006).

Esses aspectos levam a crer que o “gordo” passa a carregar um fardo pesado, que é a pressão para mudar, para se transformar em magro. No entanto, o obeso é visto como o “diferente”, uma anomalia no mundo dos magros, assim, um poderoso estigma recaiu sobre ele, atingindo o comportamento e a autoimagem das pessoas. “A hostilidade com relação à obesidade é parte de um contexto histórico-social bastante amplo que envolve a medicina, a ciência, a arte, a religião, as questões de gênero, a moda, a mídia, como também uma série de códigos éticos e morais” (STENZEL, 2003, p. 30-31). “Os gordos são considerados transgressores; eles parecem violar constantemente as regras que governam o comer, o prazer, o trabalho e o esforço, a von-

tade e o controle de si” (FISCHLER, 1995, p. 74). Isso justifica a obsessão que a sociedade sustenta pela magreza, pois ninguém quer ser excluído ou ser alvo de piadas. A gordura se torna algo inconcebível e intragável. As pessoas começam a sofrer de lipofobia, isto é, aversão aos alimentos que contêm gordura, a tudo que possa provocar o aumento de sua massa corpórea, ou até mesmo ao obeso.

Os preconceitos se alastram pelos campos afetivo e profissional. As pessoas acima do peso sentem dificuldade em se relacionar, mas o problema maior não é seduzir e sim convencer ao parceiro a assumir a relação entre seus amigos, principalmente, se o par obeso da relação for mulher, pois, os ditames sociais ordenam que a mulher seja frágil e “bem cuidada” (não por acaso, uma das grandes empresas brasileiras de cosméticos tem em seu slogan “Cuide-se bem!”). Já no mundo profissional, “a forma do corpo parece ser um fator que seleciona ou elimina os indivíduos em diferentes campos profissionais” (STENZEL, 2003, p. 48).

Podemos notar que é nítida a preferência dos contratantes por pessoas mais “belas”, como se a capacidade de produção estivesse estampada na “embalagem” de cada pessoa. Essa embalagem é crucial para se estabelecer o cargo que cada indivíduo “serve” ou não. Se o emprego é para recepcionistas, as mulheres mais magras são contratadas com melhores salários, mas se o emprego é para um gerente ou chefe, as mulheres mais fortes ou corpulentas é que conseguem vantagem. Todavia, se elas começam a emagrecer, já começam a sofrer com a antipatia das colegas e o assédio dos homens com quem trabalham.

Contudo, podemos nos perguntar se a imagem da mulher ideal está associada à representação de uma pessoa consumista e vaidosa, que está mais preocupada com a aparência de que com os negócios. “As mulheres são estimuladas pela mídia a ser ‘supermulheres’ que conseguem combinar a carreira com o cuidado da família” (STENZEL, 2003, p. 63). Assim, a mulher pode ser uma

pessoa feliz, bela e poderosa, basta utilizar os produtos corretos, a partir da própria produção da corpolatria³.

De acordo com Stenzel (2003, p. 71-72), o culto à beleza feminina surge como um preceito para a dominação masculina. Segundo o autor,

[...] hoje a beleza, no Ocidente, é o último e mais eficaz sistema para manter intacta a dominação masculina. Valorizar a mulher de acordo com suas características físicas impostas pela cultura é uma expressão das relações de poder. Não há justificativa histórica nem biológica para o mito da beleza. A beleza não é universal nem imutável; o ideal de beleza muda numa velocidade muito maior que a evolução das espécies, ditado por valores e interesses sociais.

Entretanto, compreendemos que, com o avanço da mulher no espaço de trabalho e o crescimento da sua autonomia, o padrão de beleza feminina está sendo algo muito “importante” e almejado na sociedade atual. Isso acontece para desviar a atenção da mulher ao mercado de trabalho e o homem continuar sendo o ser superior. Em contrapartida, esse fator também pode explicar por que as mulheres são pessoas mais cobradas a emagrecer do que os homens. Isso explica o maior índice de distúrbios alimentares entre elas (STENZEL, 2003).

3 O termo “corpolatria” refere-se, de maneira sintética, ao culto ao corpo, na forma de uma “religião ao contrário”, ou seja, enquanto a religião católica impunha aos homens a renúncia ao corpo e aos prazeres da carne para conquistar a felicidade eterna, na corpolatria esta matéria corpórea, outrora renegada, subverte o domínio sobre a alma: o que vale é cultivar o corpo físico. Trata-se, portanto, de uma religião do culto ao corpo, que oferece milagres para a cura de qualquer mazela, e, como todo milagre, exige sacrifícios e penitências. Ela possui seus templos (academias, salas de cirurgias, clubes), adeptos (os frequentadores desses “templos”) e dogmas (os mandamentos a serem seguidos) (CODO; SENNE, 2004).

Todavia, os homens não estão isentos de sofrer com os ditames sociais no que diz respeito ao campo profissional. Fischler (1995) nos apresenta discussões que revelam que as pessoas tendem a encarar os obesos como indivíduos mais ligados à área da comunicação e popularidade. A imagem do “Papai Noel” – barrigudo e carismático – perpassa o campo da imaginação para o campo político. Os eleitores tendem a aceitar com maior facilidade um candidato que é semelhante ao “Papai Noel” do que um “magricela” com expressão séria.

Entretanto, podemos observar que ser “gordinho” tem suas “vantagens” e “desvantagens”. Ora, o obeso é visto como desleixado, ora como carismático. Mas, afinal, a população condena ou aceita o “gordo”? Fischler (1995, p. 71) nos ajuda a compreender tal controvérsia, afirmando que a imagem do gordo é ambivalente:

O primeiro é o de um homem roliço, extrovertido, dotado para as relações sociais, bancando voluntariamente o brinçalhão, contando histórias no fim dos banquetes, sofrendo provavelmente por sua corpulência em seu foro íntimo, mas nada deixando transparecer. O segundo é bem diferente. É um doente ou um depressivo, um egoísta desenfreado ou um irresponsável sem controle sobre si mesmo. O primeiro é um gordo simpático. O segundo, um obeso que só suscita a reprovação, quando não a aversão.

A ambivalência do obeso é resultante da relação entre o seu aspecto físico e sua imagem corporal, gerando a classificação “obeso benigno”, “obeso maligno” e ambíguo. Se o gordo não pode emagrecer, então ele deve se redimir com a sociedade, aceitando os papéis que cabem a si, tornando-se o “gordo bom”. Se não o aceita, ele é visto como usurpador do lugar do outro (do magro) e

quebra totalmente as regras de divisão dos alimentos (dos papéis sociais) porque ficará sempre com a maior parte (FISCHLER, 1995). Contudo, percebemos que o obeso nunca tem a oportunidade de sentir-se à vontade no contexto social, pois sempre haverá obstáculos a serem vividos e vencidos no mundo dos magros.

O CORPO COMO LUGAR DA DIFERENÇA

O corpo nos permite sentir, pensar e agir. O sentir, o pensar e o agir caracterizam a existência e a vida humanas. Esta tríade, no entanto, não se dá de modo fragmentado e linear, mas sim através de uma rede complexa de interações que se dão na dimensão corporal humana. Pelo corpo eu percebo, pelo corpo eu analiso e por meio dele eu coexisto no mundo.

O homem – enquanto ser que pensa, sente e age – relaciona-se com o meio externo, ao mesmo tempo em que esta exterioridade internaliza-se pautada num movimento dialético. A apropriação do externo se confunde com a intencionalidade subjetiva que o ser deposita no ato de externar. Assim a tríade: sentir, pensar e agir só pode ser compreendida como uma rede em constante movimento e inter-relação.

Nosso *ser e estar* no mundo enquanto corpo é permeado por uma infinita teia de signos e linguagens. Ao mesmo tempo em que nos apropriamos dessa teia, nós também a construímos. Esse jogo tensivo de apropriação e construção é mediado pela ação da cultura. Logo, podemos afirmar que é através do corpo que o humano se apropria da cultura.

A estrutura biológica do homem possibilita-lhe sentir, pensar e agir, mas o seu estar e interagir com o mundo (cultura) dá os sentidos e significados de seus sentimentos, pensamentos e ações, (re)criando e (re)construindo novos universos e novas anatomias.

Apropriar-se de uma cultura é assim apreender uma significação através do corpo – na interação de toda sua complexidade na unidade. A significação na menção de Merleau-Ponty (1999) não pode ser alcançada pelos meios naturais do corpo. É preciso que ele se construa como um instrumento e que projete em torno de si um mundo cultural.

Cada ser humano é um corpo singular, pois o seu estar no mundo estabelece relações diferentes com o seu vivido. A experiência de vivência de mundo de cada ser humano é diferente na medida em que cada dimensão se estrutura e interage entre si a partir de sua vivência única.

O corpo é um fator de cultura, pois o humano, como ser no mundo, pressupõe um corpo que nasce inacabado e que constantemente se (re)constrói na relação sociocultural, superando as determinações instintivas. Desta forma, na menção de Kolyniak e Ciampa (2002) ocorre o *processo de humanização*, cujo sentido é a emancipação da condição animal, emancipação esta que dá ao humano o significado de ser essencialmente histórico e cultural. Ao se construir historicamente como pessoa, o indivíduo incorpora cultura e sociedade, construindo seu corpo, que integra sua identidade pessoal.

A sociedade é aqui entendida como o conjunto de “outros” indivíduos, e o outro é visto não apenas como indivíduo, mas como formas culturais e simbólicas que entram em jogo através de instâncias de cultura individual e formas de cultura coletiva – que configuram o que pode ser entendido como vozes dos outros, vozes de si mesmo. Envolve tanto a noção de pessoa indivíduo físico, como também uma série de fatores que pesam dentro da sociedade enquanto cristalização de uma memória, um conjunto de verdades, de fórmulas de pensamento, de modos de pensar, abordar e ver que configuram uma cultura, uma representação coletiva num momento histórico particular.

Somos seres que constroem signos e linguagens simbólicas a fim de nos comunicarmos com o mundo e com o outro. Portanto,

assumimos neste texto a postura de se reportar à cultura como conceito semiótico, como campo de símbolos construídos por um ser no mundo enquanto corpo em devir.

O corpo, na mesma medida, pode ser assim compreendido como um universo tensivo simbólico e real. Real, pois a realidade – enquanto interpretação de mundo – é mediada e definida pelo signo. O corpo é um complexo de símbolos, um sistema simbólico que traz em si as marcas da cultura de onde provém. “Pelo seu corpo, o ser humano está em comunicação com os diferentes campos simbólicos que dão sentido à existência coletiva” (LE BRETON, 2011, p. 37).

Assim, pode-se dizer que é sobretudo no corpo que nossa identidade se manifesta através de signos. Vianna e Castilho (2002) mencionam que o corpo traz os signos que nos posicionam: ser (ou não ser) magro, baixo, negro, loiro, deficiente, etc.; ter (ou não ter) tal ou qual sexo, idade, língua, etc.; partilhar (ou não partilhar) de tal ou qual costume, tradição, território, classe social, etc. Esses signos, cujos significados não são estáveis nem têm a mesma importância ou penetração relativa, combinam-se e recombina-se permanentemente entre si, e é principalmente no corpo que elesse tornam visíveis.

A partir do mencionado, percebe-se que a identidade está fortemente atrelada à diferença. Silva (2000, p. 75) reforça este pensamento ao descrever que “assim como a identidade depende da diferença, a diferença depende da identidade. Identidade e diferença são, pois, inseparáveis”. Ao conceituar *identidade*, Silva (2000, p. 69) argumenta:

A identidade é o conjunto de características que distinguem os diferentes grupos sociais e culturais entre si. A identidade cultural só pode ser compreendida em sua conexão com a produção da diferença, concebida como um

processo social discursivo. “Ser brasileiro” não faz sentido em termos absolutos: depende de um processo de diferenciação lingüística que distingue o significado de “ser brasileiro” do significado de “ser italiano”, de “ser mexicano,” etc.

O corpo como fator de identidade carrega signos socialmente produzidos ao longo de sua existência – história – bem como de suas vivências singulares, portanto, também com significados únicos. Neste sentido, é necessário compreendê-lo a partir de sua trajetória e a partir do espaço social em que foi construído. Esses signos inscritos no corpo trazem a identidade do sujeito ao mesmo tempo em que a (re)criam.

Sob esse viés entendemos o conceito de estigma como uma demarcação social do corpo no sentido de lhe atribuir um estereótipo negativo que desencadeia preconceito e discriminação no âmbito das relações entre os sujeitos. Os atributos que consideram um corpo como diferente – num sentido de valor e poder – são construídos socialmente e seus estereótipos são demarcados a partir desses significados. “Os estereótipos se fixam com predileções sobre as aparências físicas e as transformam naturalmente em estigmas, em marcas fatais de imperfeição moral ou de pertencimento de raça” (LE BRETON, 2009, p. 79).

Na modernidade, um sem fim de corpos é atravessado por estigmas que dele fazem emanar feridas que muitas vezes nunca cicatrizam e quando cicatrizam deixam marcas na personalidade difíceis de lidar. Preconceito racial, desrespeito frente à pessoa deficiente e estigmas pautados em índices de corpulência são cada vez mais comuns no nosso cotidiano. Quanto mais um corpo foge de um padrão simbólico de normalidade, mais ele suscita o olhar do outro, olhar este carregado por vezes de pena e espanto; por vezes de horror e reprovação (por que não, também, de nojo?).

Quanto mais o outro é diferente, mais ele é reduzido a sua condição corporal – ele é o foco do olhar e do comentário, geralmente depreciativo, estereotipado e marginalizado.

A fim de exemplificar o acima citado trazemos ao texto o caso da menina Anna, de 14 anos, 1,65 m, 104 Kg, narrado por Ferreira e Alves (2007, p. 30-1):

Questionada sobre a dificuldade de fazer amigos Anna responde: “Não me aceitam como eu sou – gorda – não gostam de mim, não me acham legal. Eu tenho vergonha porque todo mundo me olha como se eu fosse uma coisa muito horrível. Quando eu saía e tinha que pegar ônibus, eu ficava muito nervosa se eu ia passar na roleta. Ser gorda é horrível”.

As pessoas tidas como “diferentes” são encaradas por olhares desconcertantes e impiedosos. Olhos cheios de curiosidade perversa, olhares que desejam saber o porquê de o outro estar/ser assim, como aconteceu, qual o motivo; tudo isso, talvez, para que não aconteça com o corpo de quem olha. A curiosidade é tanta que o faz imaginar coisas desagradáveis, levando ao bloqueio do “diferente”, evitando seu contato, e este faz com que o próprio ambiente torne-se pesado, impossível de sentir-se à vontade nele. O corpo gordo torna-se um corpo estrangeiro, no seu sentido de não pertencimento àquele lugar, alguém estranho, um forasteiro aos olhos dos “padrões normais” que os indivíduos, enquanto massa, insistem em retroalimentar, sem questionamentos, sem reflexões, sem muita crítica.

É em nome dos signos que regem o padrão de corpo ideal dentro de uma cultura que os indivíduos pautam sua postura ascética em relação a seu próprio corpo. É também em nome desse cuidado de si que o indivíduo busca a sua inserção na vida social. O aceitar o outro evoca nossa própria aceitação para conosco.

A ascese é aqui compreendida como um conjunto ordenado de exercícios disponíveis, recomendados e utilizados pelos indivíduos dentro de um sistema simbólico que tem como fim atingir um objetivo específico. Por assumir uma condição simbólica, a ascese tem uma dimensão política e moral (ORTEGA, 2005).

Sob essa ótica, questões relacionadas ao corpo obeso ou a qualquer estigma que emana do corpo podem ser vistas como aspectos que estruturam relações de poder na medida em que atribuem valores às diferenças, dimensionando-as simbolicamente como inferior ou superior. Foucault (2000) menciona que o corpo passa assim a ser dominado por inúmeros signos que exercem sobre ele relações de poder visto que precisa ser formado, corrigido e receber certo número de qualidades.

O fato é que uma vez construídas as relações de poder a partir dos signos de representação corporal – dentro de um determinado grupo ou cultura – eles fixam uma categorização social sob a qual se dá o jogo da (in)exclusão. Estas relações de poder estão em todas as partes: nos signos de cor de pele, de corpulência, de higiene, nos modos de vestir e usar adereços, etc. O corpo pode ser assim também compreendido como um signo de demarcação e distribuição de poder.

A compreensão dos signos corporais e dos modos como são construídos e demarcados nos ajudam a evitar qualquer tipo de preconceito. O entendimento do corpo através da leitura de seus signos deve ser feito a partir de suas referências culturais que lhe atribuem sentido. O olhar o outro implica um olhar para si mesmo através do outro, olhar este configurado pela própria cultura.

O olhar o outro a partir desse exercício reconfigura as relações de poder que se estabelecem a partir dos estigmas corporais. O corpo deixa de ser inferior ou superior, melhor ou pior. Ele passa a assumir uma dimensão onde é visto e interpretado de acordo com sua história particular/individual e coletiva/cultural, ou seja, algo único, exclusivo, singular.

A PRODUÇÃO SOCIAL DA (IN)DIFERENÇA: CONSIDERAÇÕES A PARTIR DA MÍDIA

Os meios de comunicação, que aqui trataremos como *mídia*⁴, são decisivos no contexto de inclusão/exclusão do magro/obeso. A mídia promove sucesso e reconhecimento ao corpo magro, enquanto a obesidade é “encarada como negativa e prejudicial à saúde e à integridade física e psíquica dos sujeitos por ela acometidos” (STENZEL, 2003, p. 30). Surge a era das “revistas receitas” que apresentam informações dos possíveis riscos que a obesidade traz à saúde e, em contrapartida, demonstram os benefícios provenientes da prática da atividade física e a ingestão de produtos dietéticos.

Em relação à televisão, veículo de enorme abrangência nacional, assim como outros meios de comunicação de massa, “tende a embutir em suas mensagens e produtos de mídia valores morais, comportamentais e gostos que precisam ser padronizados de forma a atingir o maior número de pessoas” (FNDC, s/d, p. 27). Melhor dizendo, participa de forma singular e intensa na produção de subjetividades, pois “a comunicação cada vez mais constrói e reconstrói a agenda e o discurso de nossa sociedade, seja no nosso cotidiano ou nas decisões sobre o futuro da nação” (Ibid., p. 31).

Em meio a tantos discursos sobre o emagrecimento, o obeso se torna um peixe “fora d’água” no mundo dos magros. Sua preocupação se torna algo além do contexto da saúde, pois se torna

4 Segundo Betti; Pires (2005, p. 282-288): “A palavra mídia origina-se do latim *media*, plural de *medium*, que significa meio. Inevitavelmente encontra-se associada à comunicação – a mídia refere-se aos meios de comunicação, no sentido de comunicação humana mediada por algum aparato. (...) A mídia é também uma indústria – a indústria midiática –, aqui entendida como produtora e veiculadora de símbolos e significados socialmente compartilhados na cultura contemporânea, além de ser a principal operadora da Indústria Cultural, conceito cunhado por Adorno e Horkheimer (1985). (...) Orientada em mecanismos psíquicos de reconhecimento e identidade, a mídia vende sobretudo a (pseudo) satisfação de desejos e vontades subjetivas que são também frutos da ação da Indústria Cultural associada ao capital”.

também uma preocupação simbólica. A discriminação social acaba sendo mais inconveniente do que a própria condição corporal do sujeito; isso porque, a vergonha, a culpa e o isolamento acabam dominando o obeso, causando a diminuição da sua autoestima.

Destarte, entendemos que um corpo para ser bonito hoje deve seguir a regra do mercado visto que é fabricado um padrão visual e estético preestabelecido que deve ser buscado e consumido pela sociedade. Este corpo-padrão inventado pelos dispositivos de poder é, na menção de Guerra e Pey (1996), transformado em objeto de produção e de consumo de bens e serviços pela lógica neoliberal; manipulado pelos *slogans*, pela publicidade massiva de uma sociedade de consumo; enganado pela massificação cultural, pelas frases feitas nos discursos da mídia. Os dispositivos de poder, segundo os autores, também utilizam os meios de comunicação de massa para captar e administrar os desejos, pensamentos e ações dos corpos, transformando-os em necessidades adquiridas.

Um mercado em pleno crescimento atravessa o corpo, reduzindo-o à mercadoria. O obeso fica vítima de todo um contexto cultural que o elege um sujeito inferior – por estar fora do padrão – e o gordo faz nascer em si uma necessidade de consumir para se adequar ao que dele é cobrado. Alimentos, atividade física, cirurgias plásticas, drogas farmacêuticas, equipamentos especiais, veículos de informação especializados e um sem fim de produtos estão à sua disposição nas prateleiras do mercado do corpo.

Compreender as engrenagens que fazem girar essa produção social da diferença e sua hierarquia é de fundamental importância para se pensar o processo da resignificação da diferença e do respeito para com esta. É uma questão que transcende os saberes e práticas do campo biomédico e da ética médica, mas que é paralela a eles. Trata-se de uma discussão de cunho filosófico das reais condições do ente humano na sua condição vital de ser corpo neste momento da humanidade.

Não dá para continuar alimentando uma cultura que ritualiza cada vez mais o apagamento do corpo diferente, do historicamente conhecido como grotesco. Esse é um desafio político na sociedade que pretende o acolhimento e o respeito à diferença. No entanto, para que se pense em estratégias que visem ao respeito e ao acolhimento, faz-se necessário pensar a identidade e a diferença como processos de produção social a fim de que, a partir de tal entendimento, possamos criar uma sensibilidade contrária.

Silva (2000, p. 99), na tentativa de propor uma práxis que desse conta de superar tal desafio, apresenta-nos a proposta de tratar a identidade e a diferença como questões políticas. Para tal:

Em seu centro, estaria uma discussão da identidade e diferença como produção. A pergunta crucial a guiar o planejamento de um currículo e de uma pedagogia da diferença seria: como a identidade e a diferença são produzidas? Quais são os mecanismos e as instituições que estão ativamente envolvidos na criação da identidade e de sua fixação?

Desvelar os mecanismos da indústria cultural que alimenta fetiches corporais; compreender a biopolítica de construção e controle de subjetividades vinculadas à massificação de padrões de beleza; ressignificar o corpo enquanto sujeito e tirá-lo da condição de objeto e pautar uma ética para o cuidado ascético do corpo mais centrada na sua condição humana e menos na lógica mercadológica neoliberal são alguns dos tantos desafios que a sociedade – e a educação como parte dela – tem na tentativa de criar-se um *ethos* mais inclusivo.

Estaríamos assim muito mais próximos da visibilização da diferença em vez de insistirmos no seu apagamento. Por exemplo, quando uma cidade não possui transporte público para um cadei-

rante, ela supõem que este não exista, ou seja, ela o apaga. Parece haver um contrato imaginário entre o “deficiente” e o “normal” na medida em que o normal se esforça para não revelar a angústia e a depreciação do corpo do deficiente, e este finge não perceber que é atravessado por tal incômodo.

No caso específico do corpo obeso, dificilmente vemos atores, atrizes, modelos – ícones que ajudam a configurar a subjetividade da população – com tal corpulência. Os “símbolos sexuais” sempre são aqueles de corpos magros. No campo da música, há exceções, pois o padrão corporal não define, linearmente e decisivamente, o sucesso do/da artista, já que é sua voz seu objeto primordial (vejamos o exemplo de Adele, intérprete/cantora/vocalista inglesa de enorme sucesso mundial em 2011, com seu corpo em forma mais arredondada). Mas há pontos de fuga, ou seja, começam a surgir “modelos *plus size*”, tanto para o público feminino como para o masculino. Outro exemplo refere-se a alguns estilistas (famosos) que desenham para corpos não tão magros, mais arredondados. Infelizmente, os interesses referem-se, sempre, às questões mercadológicas; e neste caso, as questões éticas não são colocadas como primeira instância.

O OBESO E O PROCESSO DE INCLUSÃO

O olhar o diferente depende da posição relativa daquele que percebe e daquele que é percebido, e do grau em que os esquemas de percepção e apreciação postos em ação são conhecidos e reconhecidos pelos envolvidos. Uma das funções sociais da escola, neste sentido, é a reflexão e a (re)significação das lentes que focam os olhares sobre os diferentes e as diferenças. Mas, Linhares (1999, p. 241) atenta-se para o fato de que “o que tem acontecido na escola parece mostrar que a lógica da vida é atropelada pelos rituais que reproduzem as relações de produção vazias de sentido, coisifican-

tes, negadoras do papel de sujeito aos trabalhadores”, que seria o “exercício de se pôr diante do mercado como coisa” (LINHARES, 1999, p. 247). Trabalhando sob esse viés, a escola acaba reforçando os aspectos fundamentadores da lógica da mercadorização: a seleção de indivíduos e coisas destacando as suas diferenças, o que de fato não pode ocorrer no âmbito escolar.

Um dos primeiros princípios na estruturação de valores de respeito ao diferente é compreender a construção social da diferença, as forças e instituições que fazem perdurar e que impregnam o signo de diferença/deficiência nos sujeitos no contexto social.

Lobo (2008) nos traz algumas reflexões históricas acerca da construção social da diferença. Em sua obra, a autora faz um delineamento das histórias de alguns infames no Brasil, ou seja, a vida de pessoas que foram tornadas indesejadas e postas à margem da sociedade. Por quê? Por conta de sua deficiência, pobreza e/ou escravidão. A partir dessas marcas, sejam elas físicas ou ideológicas, a sociedade modela os preconceitos e os estigmas. O higienismo e a eugenia de Hitler podem traduzir em reais proporções o que o repúdio à diferença pode provocar na humanidade.

Todavia, outro princípio norteador do processo de inclusão poderia ser o estudo de estratégias de descentralização na expectativa de reduzir a distância entre o que se trabalha no espaço de aula e o entorno próximo do estudante para, desta forma, tornar as aprendizagens *significativas, relevantes e inclusivas*, de acordo com as teorias educacionais. Isto é importante, pois permite a inserção dos estudantes nas suas realidades concretas e imediatas, mas precisa também se articular com outros conteúdos mais amplos, gerais ou universais.

Não se pode reduzir o respeito aos diferentes e às diferenças somente a uma simples questão de tolerância, pois, como escreve Silva (2000), por mais edificante e desejável que possa parecer esse nobre sentimento, ele impede que vejamos a identidade e as diferenças como processos de produção social, como processos que

envolvem relações de poder na medida em que atribuem valores às diferenças, dimensionando-as simbolicamente como inferiores ou superiores. Foucault (2000) menciona que o corpo passa assim a ser dominado por inúmeros signos que exercem sobre ele relações de poder na medida em que precisa ser formado, corrigido e receber certo número de qualidades.

REFERÊNCIAS

- BETTI, M.; PIRES, G. de L. Mídia. In: GONZÁLEZ, F. J.; FENSTERSEIFER, P. E. **Dicionário crítico de Educação Física**. Ijuí: Unijuí, 2005, p.282-288.
- BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2011.
- CODO, W. SENNE, W. A. **O que é corpolatria?** São Paulo: Brasiliense, 2004.
- FARINATTI, P. de T. V.; FERREIRA, M. S. **Saúde, promoção da saúde e Educação Física: conceitos, princípios e aplicações**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2006.
- FERREIRA, C. A. M; ALVES, C. N. A imagem e o esquema corporal do sujeito com necessidades especiais. In: FERREIRA, C. A. M e RAMOS, M. I. B. (orgs). **Psicomotricidade: educação especial e inclusão social**. Rio de Janeiro: Wak Ed., 2007. p. 27-40.
- FISCHLER, C. Obeso benigno, obeso maligno. In: SANT' ANNA, D. B. (org.). **Políticas do Corpo: Elementos para uma história das práticas corporais**. São Paulo: Estação Liberdade, 1995, p. 69-80.
- FÓRUM NACIONAL PELA DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO (FNDC). Cartilha nº 1. **Democratização da comunicação: como domar essa tal de mídia?** Brasília: FNDC, s.d.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: história da violência nas prisões**. 22. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2000.
- GILMAN, S. L. Obesidade como deficiência: o caso dos judeus. **Cadernos Pagu** [online], n. 23, 2004, p. 329-353. ISSN 0104-8333. Disponível no site: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-8333200400020001>> Acesso dia 23 de novembro de 2011.

- GUERRA, A. F. S.; PEY, O. **Das tecnologias de poder sobre o corpo à vivência da corporeidade**: a construção da oficina como espaço educativo. 1996. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis/SC, 1996.
- KOLYNIK, H. M. R.; CIAMPA, A. da C. Corporeidade e dramaturgia. **Discorpo**: Revista do Departamento de Educação Física e Esportes da PUC-SP. n.13, p. 9-25. Segundo semestre de 2002.
- LE BRETON, D. **A sociologia do corpo**. Tradução de Sonia M. S. Fuhrmann. 3d. Petrópolis/RJ: Vozes, 2009.
- _____. **Antropologia do corpo e modernidade**. Tradução de Fábio dos Santos Creder Lopes. Petrópolis/RJ: Vozes, 2011.
- LINHARES, A. M. B. **O Tortuoso e Doce Caminho da Sensibilidade**: um estudo sobre arte e educação. Rio Grande do Sul: Unijuí, 1999.
- LOBO, L. F. **Os infames da história**: pobres, escravos e deficientes no Brasil. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.
- MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção**. Tradução de Carlos Alberto Ribeiro de Moura. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- MATOS, K. S. **Obesidade e bullying**: uma análise a partir das aulas de Educação Física escolar. 2011, 100 f. Monografia (Licenciatura em Educação Física) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão/SE, 2011.
- ORTEGA, F. Da ascese à bio-ascese ou do corpo submetido à submissão do corpo. In: RAGO, F; ORLANDI, L. B. L e VEIGA-NETO, A. **Imagens de Foucault e Deleuze ressonâncias nietzschianas**. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2005.
- SILVA, T. T. A produção social da identidade e da diferença. In: _____. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis/RJ: Vozes, 2000, p. 73-102.
- STENZEL, L. M. **Obesidade**: o peso da exclusão. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.
- VIANNA, A. CASTILHO, J. Percebendo o corpo. In GARCIA, L. G. (org.). **O corpo que fala dentro e fora da escola**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2002, p. 17-34.

A EDUCAÇÃO PAUTADA NO LAZER COMO POSSIBILIDADE DE MELHORIAS NA QUALIDADE DE VIDA DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

SUZANA ALVES NOGUEIRA
MIGUEL ANGEL GARCIA BORDAS

INTRODUÇÃO

A escola especializada deve oferecer um atendimento educacional baseado em princípios inclusivos, contribuindo assim para que todos os alunos, independentemente das suas limitações, possam ser inseridos nos diversos segmentos da sociedade. Repensar o significado da educação pautada no lazer é imprescindível no processo de ensino e aprendizagem, visto que através do fazer lúdico, criativo e prazeroso é possível proporcionar melhorias no bem-estar das pessoas que têm alguma deficiência.

É importante destacar que a educação pelo lazer traz subsídios na inclusão das pessoas com deficiência, já que as atividades que abrangem as áreas do lazer – que são de interesses artísticos, intelectuais, físicos, manuais, turísticos e sociais (MARCELLINO, 2006) – permitem o desenvolvimento pessoal e social, contribuindo, desta forma, na qualidade de vida e na inclusão das pessoas com deficiência.

Partindo da concepção de que a função da escola é colocar o aluno em contato com “um patrimônio de conhecimentos e de competências, de instituições, de valores e de símbolos, constituído ao longo de gerações e característico de uma comunidade humana particular” (FORQUIN, 1993, p. 12), percebe-se que nem todas as escolas colocam a função de permitir que o aluno entre em contato com uma gama maior de conhecimentos e competências

Todos os direitos desta edição reservados aos organizadores

Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, com finalidade de comercialização, ou aproveitamento de lucros ou vantagens, com observância da lei de regência.

Poderá ser reproduzido texto, entre aspas desde que haja expressa menção do nome do autor, título da obra, editora e paginação.

A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Revisão de linguagem: Adilson Oliveira Almeida
Editoração eletrônica: Adilma Menezes

Ficha elaborada pela Editora Criação

I36i Inclusão escolar da pessoa com deficiência: utopia
/ organizadores: Verônica dos Reis Mariano
Souza, Rita de Cácia Santos Souza, Fabio Zoboli,
Iara Maria Campelo Lima. – Aracaju: Editora Cria-
ção, 2012.
230 p.
ISBN. 978-85-62576-25-6

Reunião de textos acerca da inclusão escolar de
pessoas deficientes.

1. Educação. 2. Inclusão escolar. 3. Educação
especial. 4. Educação inclusiva. 5. Acessibilidade. I.
Souza, Verônica dos Reis Mariano. II. Souza, Rita de
Cácia Santos. III. Zoboli, Fábio. IV. Lima, Iara Maria
Campelo.

CDU 37-048.582

*A responsabilidade pelo conteúdo dos trabalhos publicados
é exclusivamente de seus autores.*

**“A UTOPIA ESTÁ LÁ NO HORIZONTE.
ME APROXIMO DOIS PASSOS, ELA SE AFASTA DOIS PASSOS.
CAMINHO DEZ PASSOS E O HORIZONTE CORRE DEZ PASSOS.
POR MAIS QUE EU CAMINHE, JAMAIS ALCANÇAREI.
PARA QUE SERVE A UTOPIA?
SERVE PARA ISSO: PARA QUE EU NÃO DEIXE DE CAMINHAR”.**

Eduardo Galeano